

Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social

Didactics and pedagogy of the field diary in the formation of the Social Worker

Joyce Vieira da Costa*
Miriam Krenzinger Guindani**

Resumo: Este artigo discorre sobre as contribuições do diário de campo para o processo formativo do assistente social, partindo de trechos do diário de uma estudante. Defende-se a necessidade de se promover um amplo debate acerca das questões suscitadas em torno do diário de campo, como, por exemplo, quem pode lê-lo e de que forma ele pode ser aproveitado no tripé ensino, pesquisa e extensão da formação profissional.

Palavras-chave: Diário de campo. Prática profissional. Sistematização.

Abstract: This article discusses the contributions of the field diary for the social worker's training process, starting with excerpts from the diary of a student. We argue that it is necessary to promote a broad debate on the issues raised around the field diary, for example, who may read it and how can it be used on the tripod teaching, research and extension training.

Keywords: Field diary. Professional practice. Systematization.

Recebido em: 21/03/2012. Aceito em: 20/11/2012.

* Mestranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente social da Agência da Previdência Social de Petrópolis. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: joycevieira82@hotmail.com

** Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: miriamguindani@terra.com.br

Introdução

Parte-se da premissa de que o diário de campo é um excelente instrumento de sistematização da práxis¹ profissional e da investigação da realidade social, dada a possibilidade de interlocução entre prática e teoria, da consolidação de uma postura investigativa e do avanço em questões relacionadas ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Este artigo, resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso que expressa a trajetória da minha formação profissional, começou a ser gerado em fevereiro de 2006, quando entrei para o campo de estágio no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Minha supervisora de campo² definiu que o diário de campo lhe seria entregue de 15 em 15 dias e que o mesmo também seria lido pela professora da disciplina de Orientação e Treinamento Profissional (OTP). Assim, deixavam várias anotações, e essa metodologia de supervisão me estimulava a continuar observando, analisando e refletindo sobre o exercício profissional.

Na bibliografia do Serviço Social, a prática profissional aparece como objeto de estudo do diário de campo. Este é concebido como um instrumento de sistematização da prática, de caráter descritivo-analítico, investigativo e de síntese, que permite qualificar a ação profissional à medida que possibilita observar e analisar a realidade social, planejar e avaliar as ações executadas, podendo trazer reflexões que contribuem para avançar tanto no âmbito da intervenção quanto da teoria (LEWGOY; SCAVONI, 2002; LIMA et al., 2007).

Na opinião de Lima, Mioto e Dal Prá (2007, p.3), pesquisadoras e docentes em Serviço Social, o diário de campo não vem sendo usado como instrumento de pesquisa e seu uso “está muito aquém das possibilidades que a produção de um diário de campo pode oferecer para a

intervenção profissional”. Na maioria das vezes, ele é usado apenas para descrever a intervenção ou relatar as atividades, como se fosse um instrumento de natureza meramente quantitativa.

Para a análise das contribuições do diário de campo presentes na sistematização da práxis profissional, denomino tais contribuições de aspectos didático-pedagógicos. Para rigor crítico, sinalizo quatro aspectos didático-pedagógicos a serem explorados:

1. Metodologia de supervisão.
2. Registro das memórias de um trabalho profissional.
3. Descortinar do aparato institucional.
4. Espaço para sistematizações e reflexões teórico-práticas.

Com o intuito de valorizar este instrumento e interagir com ele, lancei mão de trechos do meu diário de campo para descrever, explicar e operacionalizar esse debate. O objeto do meu diário de campo é a práxis profissional e, para analisá-la, precisei situá-la no contexto institucional do campo de estágio e abordar os sujeitos sociais que demandavam a intervenção profissional. Por isso, os presos e o contexto prisional estão presentes em todos os relatos deste artigo.

Metodologia de supervisão

O elemento a ser discutido neste item não é a supervisão em si, mas a forma pela qual o diário de campo pode subsidiar o processo de avaliação da aprendizagem do aluno e contribuir para a interlocução entre estagiários, professores acadêmicos e supervisores de campo. Por esse aspecto, o uso do diário de campo configura-se como uma metodologia que integra o processo de supervisão e pode ser usado como estratégia para preencher as lacunas existentes na formação profissional, melhorando o diálogo entre as instituições de ensino e de estágio e se transformando num canal de trocas de conhecimento entre alunos e supervisores.

Abaixo há um fragmento do diário, escrito por ocasião do estágio de nível 1. Nesta fase do estágio, a ementa da disciplina de OTP exige que o aluno compreenda a dinâmica institucional e as relações internas de poder, as políticas institucionais a que se vincula e sua abrangência, e a dimensão ético-política do agir profissional. Todos os nomes citados nos excertos do diário são fictícios, a fim de manter o sigilo profissional.

¹ Relacionando a práxis à prática profissional, percebe-se que a prática do assistente social pode vir a ser práxis à medida que este opta por uma ação transformadora articulada ao projeto de sociedade da classe trabalhadora. Deste modo, o agir profissional torna-se prática sociopolítica e sua visão de mundo se reflete na realidade social na qual ele é incumbido a intervir (BURIOLLA, 2006).

² Este artigo é oriundo de um trabalho de conclusão de curso baseado em minhas experiências no campo de estágio onde tive como supervisora a assistente social Tania Dahmer Pereira. Meu diário de campo era lido e comentado por ela, seus apontamentos contribuíram decisivamente para minha formação.

Trecho 1:

Data: 8/3/06

Lutando pela liberdade

No artigo 5º da Constituição Federativa do Brasil consta que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Apesar disso, a realidade dos brasileiros é diversa e contraditória. E neste contexto de desigualdades sociais, o sistema penitenciário cumpre bem a sua função de controle social. A população encarcerada cresce assustadoramente e quem são eles? São Pedros, Joões e Marias. Não importa o nome, a população presa é majoritariamente constituída de pobres, negros, desempregados, analfabetos ou semiescolarizados.

Hoje conheci uma jovem que durante um ano passou por várias prisões até chegar ao Heitor Carrilho³. Foi presa ao ser apanhada numa blitz com drogas e só não foi condenada por tráfico porque a assistente social dessa instituição elaborou um laudo social para o juiz argumentando que a jovem era uma usuária de drogas e não traficante, que havia acabado de comprar drogas para consumo dela e dos seus amigos quando foi revistada no ônibus.

Atualmente, essa jovem, negra e pobre, conseguiu um relaxamento de sua prisão, está em liberdade e a primeira ação que procurou fazer foi voltar a estudar e a segunda, procurar emprego.

Pois bem, para ser livre não se deve roubar, o verbo a se conjugar é trabalhar. Mas quem vai dar emprego a uma ex-detenta? Tarefa nada fácil! Frente a isso, a jovem veio procurar a assistente social, pois pretendia reaver seu emprego numa lanchonete do BOB's e o gerente parecia querer uma “prova de sua integridade”. Minha supervisora foi solicitada a intervir nesta situação. O telefonema para o gerente foi a forma encontrada pela assistente social para viabilizar o seu acesso ao trabalho, que é um direito de todos, embora esta sociedade o coloque como fator de inclusão ou exclusão social e, dessa forma, como uma pré-condição para que muitos possam exercer a sua liberdade.

Minha supervisora de estágio, após ler o que escrevi, redigiu o seguinte comentário: “Continue neste ritmo de diário. Você tem boas questões, elas te serão muito importantes para a formação profissional, para o TCC. Você precisa ir dando conta de ler para aprofundar estas questões. SIGA EM FRENTE! É muito bom ver uma assistente social em formação!”

Assim, pouco a pouco, construiu-se nova modalidade de supervisão: aquela onde o diário de campo se transforma num importante instrumento de supervisão/avaliação dos avanços (teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos). A anotação da supervisora realizada no diário da estagiária a estimula em suas problematizações e a incita a analisar teoricamente as situações experimentadas no estágio.

A supervisão em Serviço Social é atividade inerente ao exercício profissional, embora falte reconhecimento de sua importância no período de formação. O supervisor de estágio é o profes-

sor da prática profissional, isto é, do ensino da prática, embora muitas vezes o mesmo não se sinta assim, nem se veja como parte integrante da faculdade (BURIOLLA, 2006).

O processo de supervisão deve ser dinâmico, crítico e reflexivo, compreendendo diferentes modalidades, que vão desde a simples explicação do processo de trabalho, envolvendo os encaminhamentos, passando da burocracia para a viabilização de benefícios institucionais, até os “encontros de supervisão”.

Os “encontros de supervisão” compreendem os momentos em que o supervisor se reúne com seus estagiários para discutir as demandas cotidianas à luz da teoria que orienta a ação, explorando os novos elementos dados pela realidade, os quais contribuem para realimentar a teoria. Por sua vez, a realidade se apresenta aos sujeitos por meio de um conjunto de interpretações e representações sociais que precisam ser desvendadas em suas relações e processos.

³ No primeiro semestre de 2006, cursei o estágio de nível I no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Este hospital psiquiátrico pertence à Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ). Inaugurado em 1921, foi a primeira instituição desse gênero criada na América Latina, sendo popularmente conhecida como manicômio judiciário.

O papel das supervisoras é vital para construção da identidade profissional: elas são partícipes do processo de crescimento profissional e, inclusive, nos fazem acreditar na profissão (CHUAIRI apud BURIOLLA, 2006).

Trecho 2:

Data: 26/1/2007

Memórias do Cárcere⁴

Conheci um preso que tem duas décadas de cárcere e muita história para contar. Talvez, por meio da história deste homem, encontre a justificativa ideal para elaborar a questão da desigualdade social a partir de uma análise marxista do capitalismo relacionando-o à realidade do nosso sistema de Justiça Criminal. Abaixo reproduzi o exame criminológico com fins ao livramento condicional:

Paulo, de 44 anos de idade, foi preso pela primeira vez em 1983, sendo condenado a pena de 40 anos. Nessa época, fim do período ditatorial, Paulo foi processado duas vezes por latrocínio, assalto seguido de morte.

Paulo comenta que é “filho de um ex-presidiário e de uma mãe que não possuía uma vida regrada” (SIC). Na adolescência, cometia pequenos furtos (roubo de toca-fitas) e conheceu pessoas que o levaram a cometer crimes de maiores proporções. Tempos depois, fez assaltos a bancos e a outras propriedades por questões financeiras. Com tanto tempo de cadeia, Paulo teve contato com realidades adversas. Devido aos presos políticos passou a enxergar a realidade com outros olhos, a ter consciência política. Quando entrou no sistema penal era apenas um entre tantos outros: de origem humilde, analfabeto, bandido e estigmatizado.

Hoje, apesar das dificuldades encontradas, Paulo sabe ler, concluiu o segundo grau e passou no vestibular. A boa colocação que obteve no ENEM deu-lhe uma vaga na Universidade Estácio de Sá. Almeja seguir a carreira de sociólogo, deixar de ser visto apenas como alguém que um dia já pertenceu aos anais da polícia. Com o diploma na mão, deseja exercer a cidadania, rompendo com os estigmas de 23 anos, 7 meses e 5 dias de prisão. Relata também que, um dia, já formado, pretende através de uma obra contar sua história de vida. Paulo apresenta uma notável e admirável consciência política. Reclama da falta de vestimentas para os presos. A alimentação que antes era fruto do trabalho dos internos, agora é delegada a uma firma terceirizada que cobra do governo altos preços, sendo de péssima qualidade.

Relembra que em 13 de maio de 1999, retornava de casa para a unidade prisional Edgar Costa (cumpria regime semiaberto) quando foi abordado por policiais que o acusaram de um novo delito, roubo, do qual afirma ter sido condenado sem provas, apenas pelo fato de ser um preso, acredita ter sido vítima de discriminação. Paulo diz que por causa deste acontecimento recebeu mais dois anos de reclusão.

Relata também que devido a um erro de digitação na vara de execuções penais sua pena antiga de 40 anos subiu para 68 anos. Infelizmente, o processo na Vara criminal de origem desapareceu em decorrência de uma enchente em Rio Bonito e ele não conseguiu provar o contrário.

O interno espera a concessão deste benefício para voltar ao convívio social, retornar ao lar que, mesmo distante, construiu. Sua família tem sido seu refúgio nesta longa caminhada.

Mesmo tendo sido condenado em 1983 por latrocínio, afirma nunca ter manchado as suas mãos com sangue de inocentes. Mas como fazia parte do grupo de assaltantes, acabou por pagar todos os crimes por eles cometidos.

Termino por manifestar minha surpresa, em saber da existência de presos como Paulo que, apesar de todos os obstáculos aprendeu a tirar boas coisas dessas duas décadas de cárcere: aprendeu a ler dentro do sistema penal e hoje já se encontra nas portas de uma faculdade, desejando explicitamente ganhar a liberdade para iniciar seu curso de sociologia.

Ao Juiz e Ministério Público da Vara de Execuções Penais.

Naquela época, a professora de OTP, Míriam Guindani, fez alguns apontamentos no diário que trago para o debate buscando visualizar seu caráter pedagógico. Lembro-me do entusiasmo com que escrevi este exame criminológico. A história de vida deste preso era simplesmente “espetacular” e como naquela ocasião estava lendo “O Capital”, convenci-me de que seria interessante interpretar esta história de vida com a obra de Marx. No diário havia escrito que considerava a história do preso “ideal para elaborar a questão da desigualdade social a partir de uma análise marxista do modo de produção capitalista”. Mas será que era mesmo?

“O que significa isto?” Foi a exclamação da professora após ler o trecho: “*Paulo comenta que é filho de um ex-presidiário e de uma mãe que não possuía uma vida regrada*”. Ela pensou que eu tivesse definido com minhas próprias palavras que a mãe do preso não tinha uma “vida regrada”, mas estas foram as palavras usadas por ele, ao relatar sobre sua família.

A sequência em questão se refere à infância e à adolescência do preso, contudo, na avaliação da supervisora, essa parte ficou muito resumida, apresentando poucos elementos para uma análise mais aprofundada da história de vida dele. A análise de fatos isolados, que não explora suficientemente as mediações e contradições inerentes aos processos sociais, pode redundar numa leitura linear/determinista.

Ao escrevermos um laudo social, é preciso levar em consideração os seguintes aspectos da vida do sujeito: a rede de relações familiares, sua relação com o processo de produção/reprodução social e material, sua participação em grupos formais como igrejas e escolas, em grupos informais (amigos, gangs), o acesso aos mínimos sociais, seu projeto de vida, visão de mundo, o contexto prisional (GUINDANI, 2003).

“Cuidado com estas informações!”, sinalizou a professora, referindo-se à questão dos presos políticos. O preso fora detido em 1983, o que remete ao final do período ditatorial. Para exame dos fatos históricos, em agosto de 1979, foi sancionada a Lei de Anistia e, com isso, os presos políticos ganharam a liberdade. No entanto, ele disse que sua visão política se devia aos presos políticos.

Os fenômenos sociais, na perspectiva de totalidade, devem ser compreendidos como fa-

tos históricos. Não se pode ignorar a dimensão sócio-histórica dos fenômenos. Ao entrevistar o preso, não percebera isso, mas a professora, ao ler o meu diário, visualizou esta questão. Acredito que por ele ter vivenciado aquele momento histórico de ditadura militar, de repressão política, censura e tortura dos presos políticos, possa ter assimilado tudo isso a sua vida, porque, de um modo ou de outro, todos estavam imersos naquele contexto sócio-histórico.

Novo questionamento me levou a procurar uma resposta para outro impasse. “Qual o sentimento da punição neste caso?” Indagou a professora, referindo-se à minha colocação: “*Hoje, Paulo, apesar das dificuldades encontradas sabe ler, concluiu o segundo grau e passou no vestibular. A boa colocação que obteve no ENEM deu-lhe uma vaga na Universidade Estácio de Sá*”.

Afinal, onde estava o “erro”, a contradição dessa vez? Após algum tempo de reflexão, compreendi que este seria um bom exemplo de ressocialização, pois envolve o esforço individual do sujeito e também do Estado em recuperar indivíduos, apresentando a prisão para a sociedade como um símbolo neutro ou positivo. O Estado, assim, não estaria punindo duplamente os pobres? Garantindo uma inclusão às avessas através do Sistema Penal (proporcionando comida, escola, profissionalização). Concluo que caso me fixasse na aparência fenomênica dos fatos e não me dispusesse a investigá-los, teria me formado convicta de que a prisão é um lugar bom e que a causa da criminalização é exclusivamente moral.

“Como você pode concluir tão bem?”, a professora questionou meu “juízo de valor” empregado nesta frase: “*Paulo apresenta uma notável e admirável consciência política*”. Embora seja impossível adotar uma postura de neutralidade e julgar com o máximo de imparcialidade, devemos perseguir uma linguagem científica, principalmente em laudos e pareceres técnicos, não tomando nossas impressões como verdades, nem emitindo nossos juízos de valor nos fatos observados.

Ao trazer esses assuntos (supervisão, exame criminológico, ressocialização etc.), tive por finalidade explicar como a prática profissional registrada no diário pode ser avaliada em seu contexto institucional e se configurar numa metodologia em que o aluno escreve, analisa e

reflete, ao passo que os supervisores (acadêmico e de campo) instigam-no com suas indagações, conceitos e análises, procedimentos técnicos, avaliando o processo de aprendizado.

Registro das memórias de um trabalho profissional

O diário de campo é um instrumento que nos possibilita retornar a uma situação já passada e nela perceber determinações que constituem o presente. Também nos permite assimilar mais facilmente a continuidade de uma intervenção que está sendo ou já foi objeto

de sistematização da intervenção profissional, colaborando com a memória profissional e com a qualificação das ações. Cabe ressaltar que apenas o diário de campo não é um material de propriedade da instituição, mas de uso particular de estagiários e profissionais, o que lhes garante uma maior aproximação deste instrumento com o seu objeto de estudo e intervenção.

Os dois excertos a seguir representam a continuidade de uma intervenção profissional e servirão de objeto de análise para explicitar este aspecto didático-pedagógico presente no diário de campo.

Trecho 3:

Data: 2/5/2006

A entrevista

Entrevistei o paciente Júlio, preso há sete anos e que há quatro meses foi transferido para a Casa de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. O paciente diz ter 12 processos já sentenciados e 3 medidas de segurança, desejando converter os processos de reclusão em regime fechado para medidas de segurança e assim ter direito às saídas terapêuticas e ter o abrandamento da pena.

A priori, eu buscava entender quais intenções e sentimentos ele nutria em relação a ex-mulher que constituiu outra família e não trazia o filho para vê-lo, para seu desespero. Numa outra abordagem que fiz na semana passada, ele demonstrou não querer solucionar o impasse por vias pacíficas, numa conversa, por carta ou telefone. Ele dizia não querer mais esperar já que a assistente social já marcara uma reunião com ela que, prontamente aceitou, mas não compareceu, nem entrou em contato para agendar outro encontro. Júlio disse que já sabia o que ia fazer, não querendo mais conversar com a ex-mulher.

Diante disso fiquei preocupada, ele estava furioso, temia que sua intenção fosse a vingança. O que poderia se confirmar com a informação de que ele contratara um detetive e assim, sabia de tudo o que se passava lá fora. No entanto, ele disse que a finalidade era apenas saber do seu filho. Contraditoriamente, ele revelou saber até os produtos que a ex-mulher usava em seu salão de beleza. Então eu me pergunto: se a finalidade do detetive era saber de notícias sobre o seu filho, porque ele se deleitava em saber detalhes da vida dela?

Expliquei a ele que desconhecíamos os motivos pelos quais ela não trazia o menino para visitá-lo. Coloquei em questão a possibilidade de a mesma estar assustada com o detetive e que, embora não fosse esta a sua pretensão, ela poderia estar se sentindo ameaçada, com sua privacidade invadida.

Contudo, ele parecia estar persuadido a não entrar em contato com ela por vias pacíficas. Na conversa, prossegui demonstrando a importância de escrevermos uma carta na qual ele expressasse sua dor por não ver o filho e esclarecer suas atitudes e intenções, explicar que tudo o que deseja é ver o filho e que não via nenhum problema em relação ao seu novo casamento, conforme ele argumentava com insistência. (...)

Trecho 4:

Data: 16/5/2006

A Carta

À tarde escrevi uma carta para o paciente Júlio. Há duas semanas ele achava que não adiantaria nada escrever uma carta para a sua ex-mulher, mas hoje ele veio me procurar mais confiante e esperançoso para fazer a carta!

Ao escrever a carta, procurei não induzir qualquer opinião, apenas fiz algumas indagações a fim de que pudesse ser mais claro nas suas ideias. Na carta, ele relata que só deseja ver o filho, não se importando com o novo relacionamento da ex-mulher. Comentou que agora ele está seguindo o mesmo rumo.

No dia dois de maio, ao entrevistá-lo pela primeira vez, era notório seu sentimento de ódio em relação à mãe de seu filho. Mas acho que desde então ele refletiu bastante após a nossa conversa. Num trecho da carta, ele diz: “Por que sermos inimigos se há tantos motivos para sermos amigos” (sic). No final da carta ele até supõe ser a questão financeira o motivo para ela não estar trazendo o filho aqui.

Creio que houve uma mudança visível na forma de Júlio pensar sobre essa problemática. Desejo que ela ao ler esta carta, entre logo em contato conosco.

O trecho A entrevista aborda uma relação familiar conflituosa, contemplando reflexões sobre a situação tensa que envolve o preso, sua rede de relações familiares e problemáticas passionais. Na intervenção narrada, observa-se uma continuidade de ações, uma descrição mais consistente, relatam-se os instrumentos e as técnicas usados para trabalhar aquela problemática: entrevista, prática reflexiva com o usuário, a elaboração de uma carta à sua família etc.

Ao registrar, coloquei-me novamente diante dos fatos e isso propiciou a identificação de aspectos e facetas que ficaram despercebidos no momento da intervenção. Ao fazer do diário um meio de consulta, os acontecimentos e as reflexões são revistos numa perspectiva de totalidade. Esses elementos favorecem os processos de planejamento, avaliação e proposição de alternativas.

E a proposta da carta em que resultou? Júlio conseguiu rever seu filho? Infelizmente não é possível responder a tais indagações, porque duas semanas depois saí da instituição. Minha supervisora precisou sair e eu a acompanhei. Contudo, se tivesse permanecido, poderia mostrar o desfecho dessa intervenção.

Descortinar do Aparato Institucional

Neste tópico, explorei os elementos da análise institucional presentes em meu diário de campo. Trabalhei, por exemplo, a importância de manter uma visão de totalidade da instituição, de

conhecer os atores institucionais, de compreender a correlação de forças, o objeto institucional do serviço social, de problematizar em torno dos procedimentos burocráticos e de desmistificar as ideologias, isto é, pensamentos do senso comum que criticamos, mas que, no momento da prática, podemos seguir.

O relato a seguir mostra como a questão das normas e regras exercem uma centralidade na rotina da prisão: as mudanças não são bem aceitas e a rigidez das regras é capaz de ferir direitos e coisificar pessoas.

Trecho 5:

Data: Janeiro de 2007

O capital versus o homem

Na primeira semana de janeiro, eu e a única assistente social que não estava de férias, ficamos responsáveis pelo atendimento à família, contudo, diversos problemas fizeram com que esta trocasse o dia de atendimento nas semanas subsequentes. O fato de o horário de atendimento coincidir com o horário das visitas deixou visível o mau-humor dos inspetores de segurança.

Naquele dia, tivemos inúmeros contratempos. Só depois de muita insistência conseguimos fazer com que uma mulher com um recém-nascido nos braços visse seu companheiro. Esta senhora trajava uma roupa preta e, por isso, foi impedida de entrar. Fui procurar o diretor e perguntar o motivo da proibição, que regra era essa? Ele respondeu que as roupas de cores pretas e azuis correspondem ao uniforme dos guardas e que à noite, alguém pode se passar intencionalmente por um deles.

Bem, retruquei diante de regras tão insensíveis, mas na hora fiquei sem ação para desarmar o diretor de suas razões tão supremas, aparentemente inquestionáveis. Como achar que uma mulher com um bebezinho de 17 dias no colo e em plena luz do dia poderia fragilizar a segurança? Tudo o que desejava era que o pai do menino o conhecesse e lhe desse a procuração para registrar a criança. Esta senhora havia chegado às dez da manhã e só por volta das duas da tarde pôde conversar com o companheiro.

Nisto fico a refletir sobre a rigidez das leis: “as leis foram feitas para os seres humanos ou os seres humanos que foram feitos para as leis?” As leis assumem aqui a mesma postura que o capital assume diante dos homens, os quais são reduzidos a simples mercadorias, coisas insignificantes, objetos.

Não desconsidero a importância das regras, mas não se pode obedecê-las automaticamente; é necessário questioná-las, verificar se há lógica e buscar alternativas para que não sejam indiferentes às necessidades humanas. As organizações prisionais são reconhecidas por sua função explicitamente normativa de controle social de uma parcela da população, caracterizada como desviante, anormal, criminosa, infratora da lei.

Contudo, a função de controle, de disciplina e de submissão às regras, às leis e a outras formas de imposição estão presentes em todas as instituições, embora àquelas esteja legitimada consensualmente o poder de punir e vigiar (SOUZA, 1995). Em *Modernidade e Holocausto*, Bauman (1998) desenvolve a questão da “desumanização dos objetos da operação burocrática”. Isto significa que a resolução dos problemas sociais passa por vários procedimentos técnicos e que a divisão do trabalho entre seus membros tende a ocultar os seus fins.

Neste sentido, é possível dar ordens sem sequer examinar o efeito moral daquela decisão. No modelo burocrático de gestão, os funcionários ocupam cargos orientados por uma meticulosa divisão do trabalho. O poder está centralizado e, por isso, todas as decisões, mesmo as mais simples e banais, passam por várias mãos até chegar ao topo decisório.

Analisando a hipótese de a mulher com o bebê no colo desejar realmente fragilizar a segurança para algum fim, nesse caso, para entrar na cadeia, ela precisaria ser revistada (não podendo entrar com armas ou drogas). Quando isso aconteceu era por volta de meio-dia, portanto, a confusão com a roupa dos guardas seria perceptível, refutando o argumento de que “as roupas de cores pretas e azuis correspondem ao uniforme dos guardas e que à noite pode acontecer de alguém se passar intencionalmente por um deles”.

Os que estão submetidos à ação burocrática podem se sentir como objetos, frequentemente jogados de um lado para o outro. Em se tratando do preso e da sua família, é nítido que estes se transformem num legítimo objeto burocrático, sendo-lhes renegada a sua própria humanidade. A análise institucional, como elemento desvelador da realidade social, sinaliza aspectos objetivos e subjetivos das relações que se desenvolvem no meio institucional e social.

Outro ponto a considerar é o intercâmbio de conhecimentos entre o supervisor de campo e o estagiário através do diário de campo. Minha supervisora, ao ler o que o eu escrevera, sublinhou o último parágrafo – que se referia à rigidez das leis perante os homens – e fez a seguinte anotação: “Quando leste Bauman, percebeste como ele trabalha bem o objeto burocrático? O preso é um objeto burocrático...”.

Trecho 6:

Data: 20/4/06

A máquina e o robô

É difícil entender porque alguém que tenha a oportunidade de sair daqui não faça. Gosto de conversar com o Adalberto da lavanderia. Fiquei atônita quando ele me disse que está aqui há mais de 25 anos e já se conformou com essa vida, não tendo outras expectativas quanto ao seu futuro. Ele se recusa a sair mesmo que seja para as saídas terapêuticas (passeios). Disse que a terapeuta ocupacional sempre o convidava para sair, entretanto ele não aceitava porque tinha receio de que quebrassem a máquina de lavar. Ele fala dessa máquina, sua companheira de trabalho, com um carinho enorme, é como se ela tivesse se tornado uma amiga de todas as horas, uma companheira nos momentos de solidão.

Outra situação que me preocupa é a de Francisco. Ele entrou na instituição com o diagnóstico de dependência química, assim que chegou me pediu para telefonar para a mãe, avisando-lhe da internação. Desde então, ele sempre me procura e me solicita alguma coisa, mas como não faço parte da equipe de profissionais que intervêm sobre o seu caso, nada posso fazer. Na semana passada, ao cumprimentá-lo, ele não respondeu, percebi que estava estranho. Esta semana reparei que ele andava feito um robô, sem rumo, sem direção, com um olhar parado, sem vida.

Lembrei-me do filme *Um estranho no ninho*, Francisco chegou aqui aparentemente bem, era um garoto como os garotos da sua idade que se envolve com drogas. Hoje acho que o Francisco que conheci não existe mais.

Analiticamente, pode-se dizer que o processo de institucionalização e de aculturação pode ocorrer com profissionais e estagiários. O aculturação é comparável à atitude fatalista do Serviço Social, citada por Iamamoto (2007). A autora explica que o profissional que assume essa postura percebe a realidade dada como algo definitivo, que pouco ou nada se pode fazer para modificá-la.

A primeira sensação quando se entra numa instituição-organizacional é a de estranhamento. Todavia, aos poucos, o ambiente vai se tornando familiar e, então, pode nos sobrevir o sentimento de impotência diante do aparato institucional, das ideias rígidas e conservadoras, das atitudes conformistas. Em se tratando de instituições penais, qualquer proposta de mudança é recebida pela direção como algo que vai desequilibrar a estrutura da entidade. E, assim, por motivos de segurança, eles nos calam.

O aculturação ao espaço da organização institucional, seja ele qual for, consiste numa visão determinista e a-histórica do profissional, numa entrega total ao burocratismo e à ideologia, legitimando a ordem capitalista. É como se aos poucos perdêssemos de vista nossos objetivos profissionais e os substituíssemos pelos objetivos da organização em que atuamos, sem quaisquer questionamentos. Trata-se de uma

adesão total ou parcial a fins e objetivos de outros agentes institucionais, dirigentes.

Espaço para sistematizações e reflexões teórico-práticas

O diário de campo é um instrumental qualitativo que fornece dados empíricos e subsídios para a análise e reflexão da prática, e potencialmente pode ser transformado num espaço de mediações teórico-práticas e elaborações teóricas, isto é, num instrumento de pesquisa e investigação sobre o cotidiano profissional.

Trecho 7:

Data: 02/02/2007

A Obediência, o Julgamento e a Indiferença.

Nesta sexta-feira, um guarda permitiu que a mulher de um interno, ao término da visita, fosse até a sala do Serviço Social, mas instantes depois veio o chefe de segurança, desautorizando a entrada dela, dizendo que não podia. Percebo que guardas têm até boa vontade de ajudar as famílias dos presos, entretanto, o chefe de segurança com sua paranoia persecutória, fomenta a ideologia da segurança, em que todo movimento contrário às regras estabelecidas por ele é repreendido.

Naquele mesmo dia, uma mulher saía da visita quando me abordou procurando informações sobre um processo de visita íntima. Por um instante fui tomada pelo medo, lembrando um fato já ocorrido, em que conversava com a esposa de um interno e fui repreendida pelo chefe de segurança, dizendo que o que eu estava fazendo era errado, pois fragilizava a segurança, e que isso não deveria se repetir.

Contudo, repreendi o pensamento automático que dizia que eu devia obediência aquele homem e continuei a conversa, pois, afinal, estava fazendo o meu trabalho e, por isso, deveria fornecer àquela pessoa as informações solicitadas. Era um dever profissional e uma responsabilidade ética com os usuários.

Ninguém veio falar comigo, me repreender pelo que tinha feito, mas se assim tivesse acontecido, deveria dizer que não poderia obedecer àquelas ordens, pois não poderia consentir com absurdos. Afinal, aquela mulher já havia sido revistada pelas guardas, que perigo oferecia?

Nisso, parto para o que Hannah Arendt discorreu sobre questões de ordem moral na obra *Responsabilidade e Julgamento: o julgamento de Eichmann* lhe rendeu reflexões para esta e muitas outras obras. O crime fora descrito pela autora como um crime contra toda a humanidade. Não obstante, algo que lhe deixou intrigada: como Eichmann apesar de ter consciência de seus atos -que provocaram o extermínio de milhares de judeus, ciganos e outras minorias étnicas nos campos de concentração- era incapaz de refletir sobre eles.

Arendt defrontou-se com a questão da incapacidade ou ausência da atividade de reflexão dos homens sobre seus atos e temia que esse mal pudesse se espalhar de forma ilimitada pela terra. Nesse sentido, investigou “o significado de moralidade como o conhecimento entre o certo e o errado, entre o bem e o mal”. (Reflexão de Jerome Kohn na introdução à edição americana de *Responsabilidade e Julgamento*, de Hannah Arendt).

Os alemães não participantes do nazismo foram aqueles cuja consciência não funcionava de maneira automática, isto é, “como um conjunto de regras apreendidas ou inatas que aplicamos caso a caso, de modo que toda nova experiência ou situação é pré-julgada” (Arendt, 2003:107). Segundo a autora, eles não preferiram fazer nada porque não conseguiriam conviver consigo mesmos depois das atrocidades cometidas. Nesse fato exemplifica-se a capacidade do ser humano de se relacionar com si mesmo, de estar envolvido naquele diálogo silencioso entre si e si mesmo, este ato a que se dá o nome de “pensar”.

Relembrando o que me aconteceu: automaticamente, sem refletir, quase me recusei a falar com a moça que me abordara na saída da visita por causa das ordens do chefe de segurança. Porém, a partir do momento em que parei para pensar, julguei que não estava certo agir daquela forma e resolvi desobedecer a uma regra imposta por superiores.

O acontecimento que retratei no diário de campo serve como exemplo de uma prática profissional com direcionamento político, pois segue um norte teórico, analisa e avalia os impasses profissionais e institucionais de forma crítica e consciente. Como naquela época estava fazendo a leitura do livro *Responsabilidade e Julgamento* de Hannah Arendt, o tempo todo vinha à minha lembrança o que havia lido. Naquela ocasião,

senti meu pensamento nitidamente sendo iluminado pela teoria que, por conseguinte, atuou de forma determinante na maneira em que agi.

O aluno, numa atitude fatalista, pode concluir que a teoria reside na academia e que a prática reina absoluta no campo da intervenção. Essa suposta dicotomia ocorre por falta da práxis, isto é, na ausência de interlocução entre a teoria e a prática. Segundo Vasquez, em *Filosofia*

da práxis (1986:5), “a práxis é a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de transformação”.

Como se pode observar: eu mudei a minha forma de agir a partir da reflexão de uma leitura que fazia. É desta forma que a práxis une a compreensão teórica à ação real para transformar a sociedade. Assim como Vasquez já formulou, a teoria só se torna prática quando penetra na consciência dos homens.

Relacionando a práxis à prática profissional, percebe-se que a prática do assistente social pode vir a ser práxis à medida que ele atua na perspectiva de emancipação dos indivíduos e no projeto de sociedade da classe trabalhadora. A fim de problematizar as dimensões da prática profissional, exponho alguns detalhes do meu projeto de estágio, um curso de formação política para presos.

Trecho 8:

Data: 23/7/2007

As percepções críticas dos presos

Agora irei expor algumas de minhas ideias e inquietações quanto ao primeiro grupo trabalhado, pretendo trabalhar tais ideias minuciosamente no meu diário de campo, de modo que a riqueza desse trabalho não se perca.

Havia colocado como objetivo inicial deste projeto: oferecer subsídios teóricos aos presos de modo a desencadear um processo reflexivo que propicie uma retomada de percepções críticas quanto às expressões da questão social que perpassam o seu processo de criminalização. Contudo, havia me indagado se as classes populares, tão distantes do conhecimento produzido no meio acadêmico, realmente teriam uma “consciência crítica”.

Sabia que esta dúvida teórica só seria solucionada com a práxis, e foi assim que se deu. Logo no início do encontro do grupo perguntei aos presos o que entendiam por desigualdade social. Um deles falou: “São os pobres e os ricos” e outro completou: “É a diferença entre eles”.

Em outro momento, quando o encontro já terminara, um preso que não participara do encontro, perguntou a um integrante do grupo o que eles estavam aprendendo ali, e o rapaz exclamou: “É o socialismo”; eu fiquei admirada com ele, pois em nenhum momento do encontro havia mencionado aquela palavra. Eles entenderam que as ideias que passara eram opostas às ideias que a ideologia capitalista tem encravado em nossas vidas.

No início do encontro, um deles me chamou e perguntou: “Você vai falar hoje sobre o trabalho ou sobre a desigualdade social”. Então respondi: “Para que eu possa falar sobre a desigualdade social, é fundamental que eu fale sobre a questão do trabalho nesta sociedade, não se preocupe porque irei explicar esta relação”. Isso demonstra que, no início, eles não percebiam a relação entre o trabalho e a desigualdade social.

Foi bom conhecer esta dúvida, pois com base nela concentrei meus esforços para que compreendessem o que era o trabalho, o processo de que participam o homem e a natureza, através do qual o homem satisfaz suas necessidades, transforma a natureza e a si mesmo. Ao final desse processo ele já não será o mesmo homem, uma vez que terá desenvolvido suas habilidades manuais e intelectuais.

Ao explicar isso, perguntei a eles o que diferenciava os homens dos animais, afinal, se o homem constrói casas, o pássaro joão-de-barro também faz a sua, mas por que só o que o homem faz pode ser caracterizado como trabalho? Bem, percebi que estas interrogações pairavam sobre o rosto deles. Quando um preso estrangeiro sussurrou: “É o intelecto”. E com base na resposta dele fui dando continuidade ao assunto.

As dimensões da prática profissional: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política fornecem subsídios para pensar a formação e o exercício profissional. Entretanto, para que estas dimensões saiam do plano abstrato do “dever ser” e se materializem através de ações, faz-se necessário a constante análise e a reflexão da realidade sobre a qual devemos intervir.

Para que o meu projeto de estágio pudesse dar bons resultados, não descuidei da dimensão técnica operativa, ela esteve presente em todo o processo de elaboração e execução desse projeto de intervenção profissional: na forma de trabalhar o conteúdo a ser transmitido, na forma de conduzir os encontros e de encontrar respostas para os questionamentos intelectuais, na forma de operacionalizar os objetivos do curso.

Percebemos que o referencial crítico-dialético esteve presente no objetivo do projeto, no fomento dos questionamentos dos participantes, nos temas escolhidos. E que a dimensão ético-política perpassa as escolhas, finalidades e intenções elencadas. Ninguém, ao realizar um projeto ou intervenção social pode se fazer neutro, ficar indiferente às alternativas em pauta, toda ação humana é ação política (Santos, 2003).

Considerações Finais

Ao pensar o tema diário de campo a partir das sistematizações da minha práxis profissional e das diferentes perspectivas, olhares e conceitos de autores, alunos e supervisores, tive por finalidade resgatar os procedimentos investigativos que atravessam o exercício profissional do assistente social e, ainda, trazer subsídios para problematizar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional.

A relevância deste tema incide na importância da sistematização e da reflexão na prática profissional do assistente social que têm sido relegadas a segundo plano, embora façam parte do seu processo de trabalho e do processo formativo.

O registro em diário de campo envolve a instância da passagem da ação à sua operacionalização, pondo em movimento os conhecimentos e as habilidades, sendo por isso, de grande valia aos procedimentos de planejamento e avaliação. Observa-se também a importância deste instrumento para a socialização de experiências

profissionais sistematizadas que contribuem para a capacitação dos alunos no enfrentamento das suas experiências cotidianas.

Este artigo baseia-se no segundo capítulo do meu trabalho de conclusão de curso, no qual desenvolvo o tema da sistematização da práxis profissional a partir do meu próprio diário de campo. Contudo, gostaria de sinalizar algumas contribuições da pesquisa realizada com alunos-estagiários e supervisores de campo da Escola de Serviço Social da UFRJ que foi abordada no primeiro capítulo.

Essa pesquisa realizou-se por meio da aplicação de questionários e de um grupo focal. O questionário dos alunos indagava sobre a frequência com a qual eles faziam os registros; a finalidade do diário de campo; a exigência ou não do supervisor para a elaboração do diário; se o supervisor o lê e comenta e, por último, se este instrumento tem contribuído para articular teoria e prática. O grupo focal foi realizado no 2º semestre de 2007 com os alunos da disciplina de estágio na área de Direitos Humanos e Justiça Criminal e tinha perguntas semelhantes às dos questionários.

Por sua vez, o questionário dos supervisores indagava acerca da exigência ou não da elaboração do diário de campo para os estagiários, se ele lia o diário do estagiário, com qual frequência fazia isso, se o comentava com o aluno e por último, sobre a finalidade do diário de campo.

A discussão encetada suscitou a polêmica em relação a quem podia ou não ler o diário de campo. Algumas supervisoras demonstraram não saber se possuíam autoridade para exigir que os estagiários fizessem um diário, ou que pudessem lê-lo, considerando que esta decisão cabia sempre ao aluno. Quanto aos alunos, a maioria alegou que seus supervisores não exigiam que fizessem um diário, contudo, também não se sentiam à vontade para expor o que escreviam. Vejamos alguns destes depoimentos:

A minha supervisora perguntou se faço diário de campo, mas nunca exigiu, também não me sinto tão à vontade em mostrar a ela minhas análises, apesar de que isto também seria importante, tanto para ela quanto para eu repensar determinadas práticas. (Aluno)

Meu supervisor não exige, nem sequer comenta sobre o diário de campo, pois considera que este é um instrumento de ordem acadêmica e considera que se intervir na formulação do diário este perderá seu sentido de existir. (Aluno)

Deixo-o à vontade se quiser me mostrar. (Supervisor)

Tenho dúvida se devo ler ou não. De qualquer maneira, deixo que o aluno resolva e só assim passo a ler o diário. (Supervisor)

Os alunos e supervisores pesquisados conceituaram o diário de campo como um instrumento onde se faz registros, análises e reflexões, portanto, para pesquisa e investigação. Vale ressaltar que para os autores das ciências sociais, o diário não tem como finalidade investigar para intervir na realidade, no entanto, esta dimensão aparece no diário de campo no Serviço Social. Vejamos mais alguns depoimentos:

O diário de campo é um instrumento fundamental para que se possa fazer uma reflexão sobre a prática profissional. Ele não representa apenas a redação a respeito do dia de estágio, mas é necessário para que se pense de forma crítica aquele dia, para que sejam corrigidos os erros e pensadas novas formas de atuação naquele campo profissional. (Aluno)

Um dos instrumentos importantíssimos de reflexão, tanto do aluno quanto do profissional que o acompanha na instituição, que permitirá uma avaliação permanente da prática profissional a partir das demandas apresentadas ao campo. (Supervisor)

A interlocução entre alunos, supervisores e professores desencadeada pelo diário de campo contribui para aproximar a universidade e o campo de estágio e consolidar o entendimento da unidade teoria-prática presente nas respostas profissionais e nas lutas gerais da sociedade.

Propomos que a escolha do tema da monografia de conclusão de curso esteja relacionada à trajetória do aluno no campo de estágio ou nos núcleos de pesquisa, a fim de que este trabalho possa contemplar substancialmente a mediação teórico-prática. Deste modo, torna-se imprescindível promover o debate da inclusão do diário de campo:

1. No ensino, isto é, na academia e no campo de estágio. Pensar de que forma o diário de campo pode ser levado para a sala de aula

e como pode contribuir para acabar com as dicotomias que foram criadas ao longo de muitas gerações. Sinalizo que o professor possa ter condições de ler e comentar o diário dos alunos;

2. Na pesquisa e a na extensão, estas devem estar conectadas aos campos de estágios e debruçar-se sobre as demandas e problemáticas oriundas do campo profissional, colaborando assim para a constituição de um profissional que faça da sua prática profissional, um objeto de constante investigação e pesquisa;

3. Em fóruns e congressos da categoria profissional que discuta: o ensino da prática, a capacitação de supervisores e a formulação de estratégias para que o diário de campo seja valorizado no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Ao socializar as sistematizações das minhas experiências de estágio ensejei compartilhar com todos, alunos, docentes e assistentes sociais, o legado deixado por ele: o hábito de pesquisar a partir da realidade em que somos chamados a intervir. É essa dimensão investigativa que levo para a minha carreira profissional, tenho certeza que este é o componente essencial para não nos rendermos ao desânimo, nem desacreditarmos na profissão.

Referências

- ARENDDT, H. **Responsabilidade e Julgamento**. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Tradução de Marcus Penel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- BURIOLLA, M. A. F. **O Estágio Supervisionado**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CRESS. **Assistente Social: Ética e direitos**. Coleções de leis e resoluções. Rio de Janeiro: CRESS, 7ª Região, 2001.
- ESS – ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL. **Programa de Estágio da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/index.php/estagio>>. Acesso: 08 nov. 2012.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, A. M. B.; SCAVONI, M. L. A. Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 1, nov. 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs>>. Acesso: 08 nov. 2007.

LIMA, T. C. S. et al. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. 7, jul. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs>>. Acesso em: 08 nov. 2007.

GUINDANI, M. K. A. Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 67, p. 38-52, 2003.

SANTOS, C. M. As Dimensões da prática profissional do Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, Ed. UFJF, v.3, p. 23- 42, 2003.

SOUZA, M. L. **Serviço Social e Instituição**: a questão da participação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 3. ed. Tradução de Luís F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.